

A Imprensa Cuiabana de Antanho (1910-1920)

Otávio Canavarros*

Examinaremos o caso do jornal “A CRUZ”, sem dúvida, o mais representativo da Cidade, do ponto de vista cultural. Falaremos tanto de práticas de leitura no jornal, como das qualidades e limitações de um órgão impresso no interior, suas características culturais e materiais, tais como dimensões, tiragens, circulação geográfica e recepção social, naquele universo acanhado da primeira metade do século XX, em Mato Grosso. Era o jornal, indiscutivelmente, o principal meio de cultura letrada de então.

Palavras-chave: Cuiabá. Leitura. Imprensa.

We'll analyse the case of the newspaper “A cruz”, without a doubt, the most representative of the city, from the cultural point of view. We'll discuss as much as reading practice on the newspaper, as of it's materials and cultural characteristics, such as dimensions, issue, geographic circulation and social reception, of that timid universe of the first half of XX century, in Mato Grosso. It was the newspaper, it was unquestionable, the principal way of lettered culture of then.

Key words: Cuiabá. Reading. Press.

Apresentaremos neste artigo uma pequena amostra de nossa pesquisa sobre a *História da leitura em Cuiabá através da imprensa (1910/1940)*. Deve-se entender essa leitura como dos/nos jornais editados em Cuiabá no período, conforme conceito desenvolvido por Tânia Regina de Luca¹. Optamos pelo jornal *A Cruz* por ser o menos politizado no sentido partidário, de então. Não havia jornal partidariamente neutro, no sentido rigoroso do termo, mas *A Cruz*, órgão da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, procurava fazer a política católica no contexto mato-grossense da primeira República. Tinha enfoque cultural e preocupação catequética, doutrinária, procurando travar embates de idéias e valores, evitando as configurações personalísticas e partidárias.

* Doutor em História. UFMT/Cuiabá/MT. otaviocanavarros@terra.com.br

¹ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-153.

Nasceu sob o pontificado de Pio X, aquele que assegurava aos católicos que “venderia todas as suas alfaias” para não se interromper a publicação da *Difesa*. A Igreja estava preocupada com duas atividades, naquela quadra: a educação dos jovens e o confronto ideológico, portanto, as questões referentes à escolaridade e à imprensa. Logo a seguir, outro papa irá declarar que o maior descuido pastoral moderno foi o “abandono” da causa operária, conduta que exigia remissão. A pastoral católica, na *belle époque*, tinha muitos fronts sociais, políticos, culturais, etc. No contexto republicano brasileiro, havia agravantes, pois a separação Igreja-Estado era recente, após séculos de Padroado. Isso exigia reformas nas instituições e nas mentalidades. Trabalho gigantesco.

Em Mato Grosso, foi providencial para o catolicismo a chegada a Cuiabá, em 1894, dos padres salesianos, recém-aportados em Niterói, onde primeiro fundaram o seu colégio. Era antiga essa reivindicação do bispado de Cuiabá, intermediada por cartas a D. João Bosco. E os salesianos chegaram e com eles um Lyceu polivalente, de artes e ofícios diversos (oficinas de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição) profissionalizante e inovador, contando com laboratórios de Química e Física, oficina gráfica, observatório meteorológico, biblioteca e espírito missionário para a catequese de índios (Bororo e Xavante). Foi, sem dúvida, o grande acontecimento cultural em Cuiabá no final do oitocentos: o Lyceu Salesiano São Gonçalo equiparado, em 1902, ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Essa instituição, sem dúvida, muito contribuiu para arejar a cultura cuiabana, até então, muito provinciana. Não pararam aí os dom-bosquinos: criaram a Escola Agrícola de Santo Antônio, no Coxipó, em 1897, o Colégio Santa Tereza, em Corumbá, em 1899, a Colônia Indígena do Sagrado Coração de Jesus, em 1901, a Colônia Imaculada Conceição, em 1903, a Colônia de São José de Sangradouro, em 1907, além de um externato para meninos, em Registro do Araguaia, em 1915.²

Chegaram com ímpeto, os salesianos. Não esqueçamos que, dentre as suas oficinas de artes, havia uma gráfica que tem tudo a ver com a história do nosso

² FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso: a prática educativa salesiana no processo de modernização de Mato Grosso (1894 – 1919)*. Cuiabá: IE/UFMT, dissertação de mestrado, 1998, p. 18.

jornal. A época era particularmente de ceticismo e de anticlericalismo, fruto da publicidade positivista e cientificista reinante. Havia um clima de estranhamento recíproco entre o clero, principalmente da alta hierarquia, e os republicanos mais radicais. Episódio emblemático disso ocorreu em Cuiabá, em 1909, quando o bispo D. Carlos Luiz D'Amour, conde romano e de posições ultramontanas, oficiou missa fúnebre pelo falecimento do presidente Afonso Pena, “mas não permitiu a entrada da bandeira nacional no recinto da Igreja, por esta trazer... inscrição do lema positivista”.³ Foi um escândalo, mudaram até o nome do antigo Largo da Matriz para Praça da República, conjuntura logo capitalizada pelos chamados livre-pensadores para fundarem um jornal *A Reação* (1909/1914), de viés nitidamente anticlerical. Nesse momento, *para contrapô-lo surge A Cruz*, o periódico mais longevo de Mato Grosso, após o *Diário Oficial*. Veio para o confronto, *conforme o editorial de abertura... A Cruz será a nossa bandeira. O Evangelho o nosso código. Por Deus e pela Pátria o nosso lema. Catholicos e brasileiros sempre*.⁴

Após essa contextualização, estamos em condições de adentrar no objeto específico do artigo que é a apresentação sumária dos conteúdos mais significativos e formas estruturantes do periódico, suas características maiores, através de análise de extrato de matérias divulgadas na sua primeira década de existência, vale dizer, entre 1910 e 1920. O jornal contou com uma plêiade de colaboradores, dirigidos por dois redatores-chefe, o primeiro, frei Ambrósio Daydé, franciscano culto, belga de nascimento. Dirigiu *A Cruz* até 1925, quando foi substituído pelo escritor José Barnabé de Mesquita, cuiabano, poeta e desembargador da Justiça. Foi um jornal inicialmente quinzenal que se transformou em dominical no seu primeiro aniversário. Tiragem de 1.000 exemplares, logo expandida. Tinha assinantes pacientes por quase todo o interior mato-grossense. Não descuidava da literatura prosaica em crônica e folhetins e da poesia parnasiana, geralmente, formatada em sonetos. A assinatura anual variou na década entre 5\$000 e 6\$000 réis e o número avulso entre \$200 e \$300 réis.

³ MORAES, Sibe de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878 – 1921)*. Cuiabá: ICHS/UFMT, dissertação de mestrado, 2003, p. 34.

⁴ Id., *ibid.*, p. 33.

As quatro páginas tinham a seguinte configuração: na primeira havia as manchetes, os editoriais, os expedientes, as pastorais e avisos da Igreja e a seção de *Telegrammas*, nacionais e internacionais. Esta seção, muitas vezes, era deslocada para a segunda página (Pelo Mundo), onde tínhamos as crônicas, folhetins de rodapé, poesias, e matérias mundanas. A terceira página era tomada pelos anúncios, geralmente de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados), casas comerciais, hotéis, oficinas, cafês, etc. Reclames ocasionais de vendas, como casas, terrenos, mobílias e peças diversas, além de aluguéis e serviços. Os cafês com os produtos gelados estavam surgindo na cidade por essa época, quando foram fundadas também as primeiras fábricas de cerveja na região. Anteriormente, consumiam-se bastante as cervejas importadas de Flandres e da Bavieva, no tempo dos vapores do Prata, quando essas caixas faziam-se acompanhar pelo bom vinho de Borgonha ou de Bordeaux, do Porto, além das manteigas e queijos franceses. Mesmo o Brasil litorâneo ainda importava manteiga francesa, latas e barricas da marca preferida, Magny Isigny, até a Grande Guerra de 1914.⁵ A última página era reservada para complementar os anúncios e as continuções dos comentários e matérias das páginas interiores. Nas ocasiões comemorativas, as edições vinham encorpadas com mais duas ou quatro folhas.

Juridicamente, respondia pelo jornal a seção mato-grossense da *Liga Social Catholica Brasileira*, entidade de direito privado, constituída por intelectuais e católicos de destaque na sociedade para implementarem ações ligadas às pastorais da alta hierarquia da Igreja católica. Em Cuiabá, dirigiam a entidade juizes, advogados, professores e demais profissionais liberais com as respectivas esposas.

Nos dez primeiros anos da existência do órgão de imprensa, cuja redação funcionava no Seminário Episcopal e cuja tipografia era salesiana, pudemos levantar cerca de 12 gêneros de matérias jornalísticas, quais sejam: Editoriais, Cartas Pastorais e Expedientes da Igreja, Campanhas, Notícias e Reportagens, Po-

⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et alii. “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares”. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, v. 25, n. 4, out./dez., 1971, p. 239.

lêmicas, Anúncios, Crônicas Gerais e Folhetins, Efemérides, Propagação Doutrinária, Assuntos da Cidade, Referências de Leitura, Registros (Sociais, Políticos e Culturais). O material iconográfico, geralmente se restringia às fotos “oficiais”, repetitivos clichês, para ilustrar a primeira página e ao material de publicidade comercial, na seção de anúncios, onde havia maior diversidade.

Da nossa classificação geral do material em 12 gêneros, desejaríamos destacar o conjunto formado por Editoriais, Polêmicas, Campanhas e Propagação Doutrinária, que constituía a razão de ser do órgão: a difusão da fé e doutrina católicas. Houve muitas polêmicas. Dá a impressão, até, que os frades e colaboradores as procuravam. Não fugiam ao debate, em qualquer nível de dificuldade intelectual. Filosofia (contra livre-pensadores), teologia (contra reformados), filologia (contra gramáticos positivistas) e ciência (contra céticos e agnósticos). O grau de dificuldade era imenso, haja vista a maré montante do cientificismo empírico-materialista em voga e as críticas à liberal modernidade das quais dão testemunho a *Quanta Cura (1864)* e o *Syllabus*, de Pio IX, em cujos princípios pregou o arcebispo D. Carlos, desde o início do sacerdócio. Foram realmente à luta os padres e só sossegaram em 1969, após quase 60 anos, quando a nova mídia, mais eficiente, dispensava o jornal.

Dentre as principais Polêmicas de *A Cruz*, devemos citar as réplicas aos jornais *O Matto-Grosso*, órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso, e *O Debate*, órgão do Partido Republicano Conservador, em 26 de novembro de 1911 e 28 de janeiro de 1912, respectivamente. Divergia das duas facções hegemônicas no Estado, dos Celestinos e dos Azeredos. Não era pouca coisa, na época dos coronéis. Depois, o jornal comprou séria briga com os dois professores contratados em São Paulo para a Escola Normal de Cuiabá: Gustavo Kuhlman e Leowigildo de Melo, representados pelo jornal *A REAÇÃO*, a propósito de etimologia, pedagogia e atitudes morais. Essa polêmica envolvia vários setores e personagens da sociedade cuiabana, transcorreu desde julho de 1912 até julho de 1913, emendada que foi com a discussão a propósito da reforma ortográfica proposta pela Academia Brasileira de Letras, em artigo da edição de 06 de julho de 1913. Mas, em 22 de novembro de 1914, *A Cruz* provocava jocosamente: “Morreu *A Reação*”. Só faltava pedir contrição respeitosa.

Não fecharia, porém, a década sem que os católicos, os religiosos em geral e os redatores do jornal saboreassem pequena e significativa vitória, estampada

na primeira página da edição nº 412, de 19 de janeiro de 1919: “Dia de Ação de Graças”, o Presidente da República decretou o dia 28 de novembro, no Brasil! “Na discussão do Decreto na Câmara, diz o jornal, os senhores deputados andaram numa confusão enorme, numa desorientação completa... Os deputados do Rio Grande do Sul, contistas às ordens do... Sr. Borges de Medeiros... protestaram energicamente...” Nada adiantou. Os tempos mudaram e, com isso, os homens e suas consciências, lembrando a famosa passagem camoniana. No meio houve uma grande guerra, a mais terrível até então. Do orgulho da *belle époque* passou-se para uma grande depressão moral da Europa dos *gueules cassés*... Na antiga Rússia dos Romanov, soviets de mujiques e soldados ocupavam S. Petersburgo.

“Todos os acentos sensíveis ao ouvido externo se extinguíram”, disse Ruy Barbosa, em missa campal de novembro de 1918, comemorando o fim do conflito. “Só no íntimo d’alma vibram as vozes interiores... Nunca, nunca essa evidência... como nestes dias de inaudito negrume, quando a humanidade, crucificada pelo moderno paganismo, experimenta o martírio... pondo na soberba e no ódio, na violência e na guerra a flor da sua ciência e das suas artes... da sua riqueza e dos seus progressos...”⁶

Entre as Campanhas mais notáveis encampadas pelo jornal, destacaram-se duas, especialmente: aquela sobre a chamada Escola Neutra e a defesa da catequese missionária católica com críticas ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios), questões de monta que ocuparam os redatores de *A Cruz* por dois longos anos consecutivos (1912-1913). Na verdade, a querela da Escola Neutra ou do ensino leigo, como se dizia, vai se arrastar por toda a Primeira República até a Constituição de 1934, quando o clero conseguiu introduzir a disciplina Religião, facultativamente, nos currículos escolares. O argumento principal dos religiosos não era contra a Escola Pública, nem contra a escola leiga, em si. Era contra a falta de orientação religiosa nos currículos, pois consideravam essa prática pedagógica nociva à formação moral dos jovens, em nada contrária à liberdade de crença ou de princípios filosóficos. Não reivindicavam mais subsídios públicos (concedidos pela Assembléia

⁶ BARBOSA, Ruy. “Um discurso notável”, in: *A Cruz*. Cuiabá: ed. n. 402, de 10/XI/1918, p. 02.

Legislativa), pois os salesianos concediam bolsas aos órfãos e carentes corriqueiramente, cobrando, no entanto, mensalidades dos alunos de famílias abastadas. Havia uma preocupação bi-fronte: a formação para as massas (profissionalizante) e para as elites dirigentes (humanística). Houve até cursos noturnos para operários e aprendizes.⁷ Em certo sentido, na questão da obrigatoriedade e da universalização da escolaridade, já praticavam a idéia de uma “escola para todos”, pregada por Comenius, o autor da *Didática Magna*, no século XVII.⁸

Portanto, pedagogicamente, a discussão que se seguiu sobre os princípios da Escola Ativa não causou maior estranheza e apreensões aos salesianos, que já implementavam intuitivamente algumas das suas diretrizes metodológicas, pois: *prever, internar, disciplinarizar, individualizar, homogeneizar, e educar para e pelo trabalho não são práticas exclusivas dos salesianos... tais práticas articulam-se à gênese e constituição da própria modernidade e do modelo de escola por ela instaurado.*⁹

Pois a segunda modernidade, é bom lembrar, é/era uma “sociedade disciplinar”, constituída por dois processos complementares e interdependentes: a subjetivação e a disciplinarização do indivíduo. A divergência maior, o cerne do problema, não era de natureza pedagógica, sim política, na questão do ensino religioso nas escolas laicas ou públicas. Por uma ironia da história, foi com Getúlio Vargas, um discípulo do positivista Borges de Medeiros, que essa questão começou a ser superada, a partir de 1931, com a reaproximação política Igreja-Estado, em novos termos, resguardadas as autonomias respectivas.

Outra Campanha estrondosa de *A Cruz* foi aquela referente à defesa da catequese religiosa dos índios e, por tabela, de críticas ao SPI e ao seu diretor geral, o cel. Cândido Rondon. A Campanha durou anos, mas o seu foco ocorreu entre dezembro de 1912 e março seguinte. Foi deflagrada por questões acidentais do cotidiano dos indígenas, envolvendo acusações de violências contra eles

⁷ FRANCISCO, Adilson José. *Op. cit.*, p. 91.

⁸ Id., *ibid.*, p. 37.

⁹ Id., *ibid.* p.25.

perpetradas. Mas, na verdade, o que se discutia era a orientação geral de duas correntes opostas que se configuravam: *uma religiosa, que se baseando nas experiências defendia a catequese católica como única solução compatível; a outra leiga, de base positivista, que defendia a primazia do Estado no trabalho de assistência e proteção ao índio. Esta última requeria sua justificação na laicidade do Estado: “sendo o Estado leigo, leigo deve ser a assistência”*.¹⁰ Era a disputa ideológica por corações e mentes e de espaço de poder no ambiente republicano. Solicitados pelos governos estaduais desde 1891, antes portanto da chegada dos dombosquinos a Cuiabá, os missionários salesianos não pouparam esforços e, ainda na primeira década do século XX, já haviam instalado quatro colônias entre os Bororo (chamados Coroados), quando lhes foi atribuída a administração de mais uma, a quinta, a Colônia de Palmeiras, geradora do incidente. Com a fundação do SPI, em 1910, as suscetibilidades das partes afloraram. O debate foi nacional, pois na imprensa carioca reverberavam as acusações recíprocas.

Carlos de Laet, escritor consagrado e membro da Academia Brasileira de Letras, dele tomou parte com vários artigos, todos favoráveis aos catequistas católicos. *A Cruz* reproduzia-os amiudamente, destacando-os com manchetes do tipo: “Campanha indigna contra a catechese catholica – A protecção aos índios transformada em perseguição aos padres” (29/XII/1912, nº. 107). Nesse artigo, intitulado *Rondon versus Rondon*, Carlos de Laet, resumia os demais e as posições dos missionários salesianos. Iniciava destacando o ofício do Diretor Geral do SPI, cel. Rondon, ao ministro de Agricultura de então, datado de 01 de dezembro de 1912, no qual “articula graves acusações contra a missão salesiana de catechese de Matto-Grosso”. Daí, o articulista descreve o histórico dessas missões, desde a primeira, chamada Colônia dos Coroados, às margens do Rio São Lourenço, ainda no século XIX, até o caso da incipiente, o das Palmeiras.

Visitantes e informantes oficiais ou não, diz o artigo, sempre deram do esforço dos padres o mais grato e elogioso testemunho. O nome do P(e).

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 31-32 apud FRANCISCO, Adilson José. *Op. cit.*, p. 105.

Antonio Malan, virtuoso chefe dessas missões, tem sido equiparado aos dos grandes beneméritos da catechese, entre os quais incluía os jesuítas Nóbrega, Anchieta e Vieira. Após essas considerações, o autor enumera testemunhos registrados de várias personalidades, entre as quais os do general e ex-ministro republicano, Serzedelo Corrêa, propugnando na Câmara dos Deputados um auxílio de custo às missões salesianas por ser essa obra uma das mais grandiosas que em prol dos índios se têm effectuado no Brasil... Arrolou também a do Presidente do Estado, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, que em sua mensagem à Assembléia Legislativa de Matto-Grosso, em maio daquele ano, não poupou elogios aos missionários.

Fechando o rol de testemunhos, Carlos de Laet transcreve no artigo várias colocações e conceitos emitidos em 05/VII/1911 pelo próprio Rondon que, “já foram divulgados, mas nada se perde com repetir alguns. Assim é que o illustrado e leigo catechista, depois de inspecionar um dos estabelecimentos salesianos, escreveu isto”:

Visitando, pela primeira vez, na qualidade de Director Geral do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes, a Colônia Immaculada (do Rio das Garças) de direcção dos Revmos. Padres Salesianos de Matto-Grosso, levo a melhor impressão do estado em que a encontrei, e mantendo as esperanças de vel-a desenvolver (sic) rapidamente, de modo a poderem os índios bororos que a constituem se encorporarem (sic) dentro de poucas gerações a nossa sociedade, com proveito geral para a Humanidade. Nessas condições, além dos conselhos verbaes que emitti (sic) à sua digna Directoria, no sentido de approximar a sua direcção, tanto quanto seja possível, do plano geral consignado nas instruccões organizadas pela Directoria Geral, deixo aqui expressas as minhas congratulações à digna Inspectoria Geral da Missão Salesiana Mattogrossense, com os sinceros votos que faço pela verdadeira prosperidade da Colônia e felicidade completa dos nossos irmãos fetichistas.¹¹

O articulista elencou outros testemunhos do *Director Geral* do SPI, todos elogiosos à ação do Pe. Malan e demais missionários. Nenhum registro desabonador ou de quaisquer atos de violência. Ainda não satisfeitos, os redatores do jornal publicaram, na primeira página dessa edição de 29/XII/1912, muitas

¹¹ Apud LAET, Carlos de. “Rondon versus Rondon”, in: *A Cruz*. Cuiabá: ed. n. 107, de 29 de dezembro de 1912, p. 01.

declarações de moradores e fazendeiros circunvizinhos de Palmeiras (da Campina, de Bocaininha, por exemplos), nas quais testemunhavam “tracto extremamente amável... não nos constando de nenhum attentado contra a vida, nem de outros actos violentos praticados contra os referidos índios, (e) declaramos sem fundamento as accusações feitas contra os referidos padres”.

O alvoroço agitou a imprensa nacional e adentrou pelo ano de 1913, sendo crescente o apoio aos salesianos nesse episódio conhecido popularmente como “caxinguelê de Palmeiras”. Depois foi amainando à medida que se aproximava a chegada do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt ao Brasil e a Mato Grosso, de cuja comitiva Rondon foi oficialmente designado, pelas autoridades brasileiras, assessor e guia nos sertões amazônicos.

Dentre as inúmeras reportagens e matérias de *A Cruz* na primeira década de existência (1910-1920), destacamos aquelas sobre a inauguração da Biblioteca Pública de Cuiabá, fundada pela Secretaria do Interior e Justiça, com doações da população da cidade. Outros destaques, ambos do fatídico mês de agosto de 1914, referem-se à conflagração européia (de 02/VIII) e à morte de Pio X (de 23/VIII). Conjunto fúnebre, sob todos os aspectos.

Àqueles que pensam que as práticas de coação física ou trabalho compulsório são mais recentes, lembramos a reportagem do jornal, de 30 de março de 1913 à página 02, intitulada “Scena de sangue”, na qual é descrita a violência usineira (de capangas da Usina de S. José, em Couro de Onça, no município de Santo Antônio) contra os trabalhadores rurais. Ilegalismos e violências perpassavam as experiências de vida no interior, na época da República dos coronéis. Reclamar para quem? Para o delegado, ao intendente, ao governador? Lenta foi nossa caminhada para a cidadania, o poder privado ainda dava as cartas pelo grande sertão, como lembra a matéria sob o título forte *A escravidão em Matto-Grosso*, no n.º. 369 de *A Cruz*, de 17 de março de 1918. Não foi sem propósito a intervenção do Exército nas Usinas do Rio-abaiixo no pós-1930, ecos do tenentismo. A Ordem pública e a Ordem privada disputavam espaços de poder. Há outras denúncias de abusos semelhantes cometidas contra trabalhadores.

Cabe lembrar também, entre as matérias jornalísticas, o retorno a Cuiabá do Dr. José de Mesquita, recém-egresso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, em 05 de março de 1914, pelo vapor. Foi uma festa entre

familiares e amigos desse intelectual que muitas alegrias daria às suas hostes e à cidade das palmeiras imperiais, que tão bem soube contar. Aliás, nesse longínquo 1914, Cuiabá celebrou duas passagens significativas da sua história: a volta de José de Mesquita, em março, e a consagração episcopal de D. Francisco de Aquino Corrêa, poeta-mor da Cidade Verde, no dia de Natal. Esses dois homens fizeram a diferença da elite intelectual cuiabana na primeira metade do século, ambos primícias do Liceu São Gonçalo, registre-se.

Nas referências aos lançamentos de livros, revistas e almanaques no período, destacaremos, eventos como: da *Revista Jurídica do Estado*, em novembro de 1913; revista infantil *O Beija Flor*, do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1914; o *Comercial Almanack Matto-Grosso*, em julho de 1916; o *Anuário do Lyceu São Gonçalo*, em outubro de 1916; a revista *Violeta*, em dezembro do mesmo ano. Dentre os livros e álbuns, são referências obrigatórias: o *State of Matto-Grosso*, em Nova York, março de 1913; *O Código Penal e o Jury*, de junho de 1914 e, no mesmo ano editado em Hamburgo, em janeiro, o *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, de Cardoso Ayala e F. Simon. Fechando a década, o jornal registrava os lançamentos quase simultâneos, em agosto de 1919, do livro *Poesias*, de José de Mesquita, inaugurando sua produção bibliográfica literária, e o *Datas Matto-grossenses*, do advogado Estevão de Mendonça, vasta compilação de suas crônicas de efemérides regionais, inclusive n' *A Cruz*. Esta, obra de imenso valor heurístico, foi impressa na tipografia da Escola Salesiana de Nicteroi e tem o prefácio de D. Aquino, presidente do Instituto Histórico de Matto-Grosso e do Estado, com a data histórica de 08 de abril de 1919, no bicentenário de Cuiabá.

Aliás, a cidade foi agraciada nesse seu aniversário secular por um festival de eventos comemorativos, sobressaindo a fundação do Instituto Histórico de Matto-Grosso e o ensaio de iluminação elétrica (divulgado em 03/VIII/1919), mesmo que a crônica ainda notasse ruas intransitáveis pela falta de calçamento, cães vadios incomodando a população e registros sanitários de 1916 insuficientes ou preocupantes, como aquele de 37 óbitos provocados por tuberculose pulmonar, e dois por *syphilis* e apenas um por gripe, segundo *A Cruz*, edição n.º. 366, de 24 de fevereiro de 1918. Estávamos nas antevésperas da manifestação no Brasil da famosa pandemia mundial da “gripe espanhola” com milhões no seu cortejo fúnebre, milhares deles brasileiros. A *influenza* ocorreu inicial-

mente no Rio de Janeiro em outubro de 1918. Um mês após, a gripe se manifestava antes de 10 de novembro em Campo Grande, Mato Grosso. Vinha mais rapidamente por trem, causando profunda apreensão na população e autoridades cuiabanas. Verdadeiro pânico. Houve até pastoral do arcebispo sobre o surto epidêmico (02/XI/1918). A cidade foi dividida em quarteirões sanitários e, evidentemente, o povo evadiu evitando aglomerações. Lendo *post facto* a estatística da Saúde Pública de 1916, supracitada, com um óbito ocorrido por gripe, pode-se dizer que o cuiabano era feliz, sem saber. A espanhola não deixou saudades, mas imenso pesar. Em nossa memória coletiva de cuiabanos jamais esqueceremos a bexiga de 1867 e a gripe de 1918.

No que se refere às práticas de leitura, merecem registro a inauguração da Biblioteca Pública de Matto-Grosso, em 03 de maio de 1912, com intensa participação da população na formação do seu acervo através de generosas doações; a venda ocasional de acervos particulares constatada por anúncio no jornal em 05 de maio de 1918 e, finalmente, dois interessantíssimos artigos sobre Mato Grosso. O primeiro de Nelson Avellar, mato-grossense residente no Rio de Janeiro, intitulado *Terra longínqua*, publicado em 06 de abril de 1913, na página 02, é uma crônica sobre o “espírito de corte” que havia na Capital da República a propósito do interior do Brasil, lugar do sertão e da barbárie. O autor faz uma glosa dessas representações com refinado humor e condescendência intelectual para essa *snob high society* da época. Outro aspecto a destacar nesse quadro de circulação de material impresso em Cuiabá é o curioso anúncio no jornal da Livraria e Perfumaria São Sebastião à rua da Assembléia 22 e 22a, onde além de livros forenses da livraria Francisco Alves, o público encontraria “extractos finíssimos”, como *Mes delices*, *Coeur de Jannette*, *Cuir de Russie*, além do fatal, *Royal Houbigant...*

O segundo artigo reportado acima, assinado por F. Rodrigues, provavelmente Firmo Rodrigues, era uma crônica de costumes, o excelente *Hábito de família*, à página 04 da edição do jornal, de 15 de maio de 1913. Nela, estávamos ainda no Império, quando dominavam os partidos Liberal e Conservador. O jornal *O Liberal* circulou em Cuiabá entre 1871 e 1882. Diz a crônica:

Não há muitos annos desaparecera do numero dos vivos, nesta cidade, um velho alfaiate analphabeto, mas, que apesar disso, era muito dado à leitura de jornaes e almanaks. Dizer, porem, que elle lia é um erro porque mestre C. mal sabia desenhar

o próprio nome quando nas eleições ia levar seu voto; eram a esposa, os amigos mais íntimos e alguns vizinhos que lhe liam, aos domingos, O Liberal, órgão do partido a que elle se ufanava de pertencer, sempre que o contemplavam com um emprego publico.

Citamos esta passagem por considerá-la não apenas saborosa, como muito instrutiva aos que se dedicam à História da Leitura, sob o prisma de Roger Chartier. Eis aí, mesmo que de criação literária, um exemplo de representação, bem realista, dos nossos tipos populares, quase folclóricos, praticando a chamada leitura coletiva em voz alta, muito comum até hoje. Naquele universo populacional esmagadoramente analfabeto, em que dominava absoluta a oralidade, a cultura letrada tinha acesso às massas, principalmente pela imprensa e pelo teatro, como hoje tem pelo rádio e pela televisão, além, é claro, através das práticas eclesásticas e escolares, em amplo sentido. Queremos apenas lembrar a tese da circularidade das idéias e das culturas, erudita e popular, como demonstraram Mikhail Bakhtin, no seu estudo sobre o contexto renascentista de Rabelais e Carlo Ginzburg, no já clássico *O queijo e os vermes*. Talvez, mais ainda, possamos falar numa espécie de simbiose interativa entre a oralidade e a escrita ou, a voz e a letra, no sentido do belo livro de Paul Zumthor.¹²

À guisa de conclusão, reafirmaremos nossas palavras, em artigo publicado há alguns anos:

A História do Brasil às vezes nos surpreende e ainda reserva bons motivos de alegria àqueles que se aventuram por suas veredas. Ao pesquisarmos o processo de aquisição de material impresso na sociedade mato-grossense, desde a instalação da imprensa no Brasil, deparamo-nos com um fenômeno curioso: a imprensa foi o grande meio propagador de idéias, de entretenimento, enfim, de informação para o público leitor no Brasil. Nós os contemporâneos da moderna mídia eletrônica, não temos a menor idéia do significado da imprensa, principalmente daquela local, no século anterior à radiofonia. No caso de Cuiabá, a expressão do seu vulto chama a atenção não apenas pela importância, como também pela intensidade e quantidade de pequenos e efêmeros jornais que reluziam em algumas poucas edições.¹³

¹² Cf. ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

¹³ CANAVARROS, Otávio, SILVA, Graciela Rodrigues da. “A imprensa mato-grossense antes da era do rádio”. In: *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Revista do PPGHIS/UFMT, v. 3, n. 01, jan.-jun. 2002, p.22.

